



PODER

Bolsonaro perto de ser beneficiado pela Justiça

PGR se manifesta a favor da prisão domiciliar, sob o argumento de que a saúde do ex-presidente demanda cuidados especiais. Michelle se reúne com Moraes para interceder pelo marido. Em tratamento de pneumonia, ex-chefe do Executivo deixa a UTI

» IAGO MAC CORD

Condenado por tentativa de golpe de Estado e outros crimes, o ex-presidente Jair Bolsonaro pode ser beneficiado com a prisão domiciliar. A Procuradoria-Geral da República (PGR) se posicionou favorável à medida, sob a justificativa de que o estado de saúde do ex-chefe do Executivo demanda cuidados especiais. Também ontem, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro se encontrou com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para reforçar o pedido e apresentar laudos médicos. Cabe ao magistrado, relator do inquérito do golpe, decidir se manda o ex-presidente para casa. Após 10 dias, Bolsonaro recebeu alta da UTI do hospital DF Star, e foi transferido para um quarto. Ele deve continuar com o tratamento com antibióticos para tratar pneumonia decorrente de broncoaspiração.

Em manifestação enviada ao STF, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, argumentou que “o pedido de prisão domiciliar em caráter humanitário se fundamenta no pressuposto de que a manutenção do regime fechado exacerba a vulnerabilidade do ex-presidente”.

De acordo com o PGR, o ambiente prisional atual não é capaz de oferecer a atenção constante necessária para o quadro de multitorbididades de Bolsonaro, sendo o “ambiente familiar” o local apto para garantir sua integridade física e moral. “Está demonstrado que o estado de saúde do postulante da prisão domiciliar demanda a atenção constante e atenta que o ambiente familiar, mas não o sistema prisional em vigor, está apto para propiciar”, afirmou.

“Sem prejuízo de reavaliações periódicas do quadro clínico relevante e dos cuidados de segurança indispensáveis para a continuidade da efetiva aplicação da sanção penal de ordem segregadora, o parecer é pelo deferimento do pedido de prisão domiciliar humanitária formulado em favor de Jair Messias Bolsonaro”, enfatizou.

Bolsonaro, 71 anos, foi diagnosticado com broncopneumonia bacteriana bilateral decorrente de um episódio de broncoaspiração, além de um quadro de injúria renal aguda (IRA).

No momento da internação, apresentava bacteremia (bactérias no sangue) e uma queda acentuada na saturação de oxigênio, que chegou a 80%. Mesmo deixando a UTI, ainda não há previsão de alta do ex-presidente.

Reuniões

O encontro de Michelle com Moraes foi o segundo neste ano. Em Janeiro, ela esteve com o ministro também para pedir prisão domiciliar humanitária para o marido. Também se reuniram com o magistrado, pelo mesmo motivo, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), respectivamente, nos dias 17 e 19 deste mês.

Em outra frente, a defesa de Bolsonaro sustenta que a falta de vigilância contínua na prisão expõe o ex-presidente a um “risco progressivo” de novos eventos graves.

Em 2 de março, Moraes já havia **negado um pedido similar de prisão domiciliar**, decisão referendada pela Primeira Turma da Suprema Corte.

Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Bolsonaro está internado no DF Star: ex-presidente deve manter o tratamento com antibióticos para tratar pneumonia decorrente de broncoaspiração

Intensa agenda de visitas

Moraes argumentou que prisão domiciliar se trata de medida excepcional e que Bolsonaro não preenchia os requisitos legais. O ministro destacou que o ex-presidente mantinha intensa agenda de visitas na Papudinha, incluindo encontros com políticos, o que, segundo o magistrado, indicava bom estado de saúde. Moraes também citou perícia da Polícia Federal que não identificava necessidade de transferência para cuidados hospitalares, embora o laudo registrasse que Bolsonaro apresenta “quadro clínico de alta complexidade”. Na Papudinha, o ex-presidente já recebeu mais de 140 atendimentos, com consultas diárias de médicos particulares e de profissionais da própria unidade prisional.

Luiz Silveira/STF



Adianto que este processo de índole estrutural não será encerrado enquanto não houver o mais alto nível de eficiência nos controles preventivos e sucessivos no tocante às emendas parlamentares para o Sistema Único de Saúde”

Flávio Dino, ministro do STF

até 31 de março de 2026 o prazo para que os ministérios das Cidades, do Esporte, do Turismo, da Agricultura e da Educação apresentem as

novas portarias conhecidas como ‘portarias-cardápio’, que padronizam objetos e valores de repasses via emendas.

— sendo 24 anos e nove meses de reclusão e dois anos e seis meses de detenção — em regime inicial fechado pelos crimes de organização criminosa armada, abolição violenta do Estado de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

A condenação inclui o pagamento de 124 dias-multa — cada um valendo dois salários-mínimos da época — e uma

indenização solidária de R\$ 30 milhões por danos morais coletivos. Ele estava em prisão domiciliar até novembro do ano passado, quando perdeu o benefício após tentar romper a tornozeleira eletrônica com um ferro de solda.

Desde 15 de janeiro deste ano, ele está custodiado no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, a Papudinha, no Complexo da Papuda.

STF mira recursos para filme sobre ex-presidente

A Câmara e deputados do Partido Liberal terão de explicar, em cinco dias, o suposto uso de “emendas Pix” para financiar um filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, preso por tentativa de golpe de Estado e outros crimes.

A determinação é do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele atendeu à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 854, da deputada federal Tabata Amaral (PS-B-SP). A parlamentar denunciou a existência de um “ecossistema” de empresas interconectadas sob o comando de Karina Ferreira da Gama, produtora do filme Dark Horse, a respeito de Bolsonaro.

A suspeita é de que recursos públicos estejam sendo usados para financiar a produção cinematográfica privada e para custear serviços de marketing eleitoral.

Segundo a denúncia, o grupo é composto pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB), Academia Nacional de Cultura (ANC), Go Up Entertainment e Conhecer Brasil Assessoria. Essas entidades compartilhariam endereço, infraestrutura e gestão, formando um “grupo econômico por coordenação” que dificultaria a rastreabilidade do dinheiro público.

Tabata sustentou que parlamentares destinam emendas para essas entidades e, simultaneamente, figuram como clientes de serviços de

marketing eleitoral prestados por empresas do mesmo conglomerado. O despacho cita a existência de um possível “duto de recurso” que desafia as diretrizes de transparência do STF, misturando o erário com interesses privados e eleitorais.

Os valores sob investigação incluem um contrato de R\$ 108 milhões firmado pelo ICB com a prefeitura de São Paulo, além de R\$ 2,6 milhões em emendas do tipo “Pix” recebidos pela ONG Academia Nacional de Cultura (ANC) em 2024. O documento cita ainda um repasse de R\$ 200 mil proveniente de emenda do deputado estadual Gil Diniz (PL) para a mesma organização.

Os integrantes do PL mencionados como autores dos repasses de cerca de R\$ 2,6 milhões são o deputado cassado Alexandre Ramagem (RJ), a ex-deputada Carla Zambelli, e os deputados Bia Kicis (DF) e Marcos Pollon (MS). Além disso, o documento cita que a empresa Conhecer Brasil Assessoria prestou serviços às campanhas eleitorais de Mário Frias e de Felipe Carmona (ex-secretário adjunto de Cultura) em 2022.

Dino enfatizou a necessidade de assegurar o cumprimento do acórdão do STF de dezembro de 2022, que estabeleceu balizas rígidas de transparência e rastreabilidade para emendas parlamentares. (IMC)

Dino vê “descontrole e vício” em emendas

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que há uma situação de “emergência institucional” no controle das emendas parlamentares, apontou a existência de “anomalias, descontroles e vícios” na execução desses recursos e definiu novos prazos para que órgãos federais reforcem mecanismos de transparência e rastreabilidade dos repasses.

O despacho de 17 páginas mira o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus).

Conforme a decisão, a Advocacia-Geral da União terá prazo de 10 dias úteis para apresentar o cronograma de implementação das medidas relacionadas ao Dnocs e à Codevasf. No caso do Dnocs, a maioria das medidas previstas deverá estar concretizada até 30 de maio de 2026.

O magistrado chamou a atenção para a situação do Dnocs e afirmou que no órgão — responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos no Nordeste Semiárido — “reina um quadro de mais anomalias, descontroles e vícios”.

Ao assumir uma vaga na Corte, em fevereiro de 2024, Dino herdou mais de 300 processos de sua

antecessora, Rosa Weber. Entre eles estava a ação que declarou inconstitucional o orçamento secreto, esquema de distribuição paralela de emendas parlamentares. A decisão que apertou os prazos para os órgãos públicos foi tomada no âmbito desse processo, que trata da criação de regras de transparência e para a execução das emendas.

Há um ano, o plenário do Supremo referendou a decisão do ministro que homologou o plano de trabalho elaborado em conjunto pelos Poderes Executivo e Legislativo para aumentar a rastreabilidade dos recursos.

Para a Codevasf, o ministro fixou prazo máximo de 60 dias corridos para a instauração e o andamento das Tomadas de Contas Especiais, processo administrativo utilizado para apurar danos aos cofres públicos e identificar responsáveis por eventuais irregularidades. O órgão também deverá apresentar relatório com as providências adotadas.

Dino também prorrogou por 30 dias corridos o prazo para que o Departamento Nacional de Auditoria do SUS apresente o Plano Emergencial de recomposição da capacidade de trabalho. Ele afirmou que, se não houver recomposição em prazo razoável, poderão ser adotadas medidas excepcionais de auditoria e fiscalização.

A decisão também prorrogou